

História Ambiental: o meio ambiente como tema na História

Samira Peruchi Moretto*

O historiador Donald Worster (1991) afirma que a História Ambiental tem como primordial objetivo aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram afetados pelo seu ambiente natural – através dos tempos; assim como, inversamente, como os seres humanos afetaram o ambiente, apontando os resultados e analisando tais interações. Assim, a História ambiental propõe um esforço revisionista para tomar a história muito mais inclusiva nas suas narrativas e, o mais relevante, se propõe a rejeitar a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WOSTER, 1991).

Balizado por esses preceitos, o presente dossiê agrupa textos que se dedicam a analisar as relações entre seres humanos e meio ambiente, através da História Ambiental. Os estudos sobre o meio natural nas lentes desta corrente têm sua relevância redimensionada por outras questões que transpassam a relação entre seres humanos e meio natural, tais como: desigualdades sociais, reconhecimento dos direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, saúde e doença, desastres socioambientais, desmatamento desenfreado, falta de saneamento básico, trocas de espécies, usos dos recursos, entre outros. Tais temas são discutidos por pesquisadores que utilizam do aporte teórico desta corrente e estão presentes neste número da Revista Cadernos do CEOM.

Abrindo o dossiê temos o texto “A conservação e a tradição que atribui à natureza um valor intrínseco: da sensibilidade romântica em relação à natureza até a *Deep Ecology* e a biologia da

conservação”, de autoria de José Luiz de Andrade Franco, que aborda a emergência, no século XIX, de uma tradição que atribui à natureza um valor intrínseco e do seu desenvolvimento até o final do século XX. O texto expõe o papel da sensibilidade romântica em relação a proteção das paisagens selvagens (*wilderness*) e como, ao longo do tempo, houve um deslocamento para uma preocupação com a fauna, a flora e os ecossistemas.

Na sequência, Arlene Renk e Silvana Winckler, em “A financiarização da natureza: as hidrelétricas da bacia do rio Uruguai”, abordam a constituição e territorialização da indústria barrageira, na bacia do rio Uruguai, no período de 1973 a 2022. O artigo mostra como se estabeleceram os nexos do barateamento e da financeirização da natureza, que propiciou o surgimento das hidrelétricas que, por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), asseguram a distribuição da energia pelo país. Enfoca os crescentes vínculos com a internacionalização das empresas concessionárias.

Em “Antropoceno: história, historiografia e perspectivas”, de Carla Rodrigues Dal Prá Suliani Jó Klanovicz e Claiton Marcio da Silva, apresenta-se o conceito de Antropoceno, partindo de uma perspectiva crítica, de autores como Jason Moore, Anna Tsing, Donna Haraway, entre outros. O texto busca situar o debate em torno do Antropoceno tanto em termos de análise histórica quanto de produção historiográfica até o momento, bem como indica algumas perspectivas de análise empírica que vêm sendo construídas sobre o tema, principalmente no Brasil.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), do Programa de Pós-graduação em História da UFSC e Visiting Research na University of California, Los Angeles (UCLA).

O artigo “El río como sujeto de derechos: Los casos emblemáticos de los ríos Atrato (Colombia) y Doce (Brasil)” de Haruf Salmen Espindola, Ricardo Rozzi, Iesmy Elisa Gomes Mifarreg, Valentina Gonzalez Morales, Lissandra Lopes Coelho Rocha e Diego Jeangregório Martins Guimarães, apresenta o diálogo entre direito e história ambiental. O texto visa a identificar como se deu o “processo” de reconhecimento do rio Atrato na Colômbia, como sujeito de direitos, para posteriormente verificar as implicações jurídicas no Brasil, tendo como referência o desastre mineiro que contaminou o curso do rio Doce, de novembro de 2015. O cenário das violações dos rios Atrato e Doce tem algumas semelhanças, pois ambos vêm sofrendo os efeitos negativos da mineração industrial em larga escala. Além disso, o cenário jurídico do Brasil e da Colômbia apresenta semelhanças, com sistemas constitucionais rígidos, com normas de proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Aline Maisa Lubenow, Elisandra Forneck e João Klug analisam as questões ambientais presentes na vida e obra de Fritz Plaumann, com destaque para o Diário de Fritz Plaumann e seu livro *Die Entstehung des Lebens* (A Origem da Vida), publicado em língua alemã em 1949, em São Leopoldo/RS, pela Editora Rotermund, e traduzido para o português em 2022. O texto foi intitulado “Fritz Plaumann: considerações em torno de sua vida e obra no contexto da segunda edição de A Origem da Vida”.

O “Futuro em crise: uma análise dos manifestos ecológicos dos anos 1970” é de autoria de Elenita Malta Pereira, que selecionou seis manifestos ecológicos, publicados entre 1972 e 1976. A autora fez a análise desses textos que trazem diferentes formas de tratar os problemas ambientais, bem como mostram ideias, conceitos, percepções e representações importantes para os movimentos ambientalistas da época.

O artigo “Medicina pioneira na fronteira em Goiás: a Evangelical Union of South America e as doenças tropicais no Brasil Central”, de Sandro Dutra e Silva e Heliel Gomes de Carvalho, analisa o impacto histórico da Evangelical Union of South American (EUSA), organização britânica

composta por médicos missionários e profissionais de saúde com atuação no Brasil Central na primeira metade do século XX. A partir do uso do conceito da “medicina pioneira”, os autores buscaram interpretar os “processos de fronteira”, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Ambiental.

Marcos Gerhardt é autor do artigo que narra a pesquisa de campo realizada durante o desenvolvimento de um projeto que investiga a história da bacia hidrográfica do alto rio Jacuí, no norte do Rio Grande do Sul. O texto “O alto rio Jacuí: pesquisa de campo em História Ambiental” discute aspectos da metodologia de pesquisa em História Ambiental, especialmente a leitura e a interpretação da paisagem como forma de apontou problemas de pesquisa contemporâneos que podem ser estudados em perspectiva histórica.

No artigo “Desmatamento e monocultivos de espécies florestais exóticas na Floresta Ombrófila Mista no Oeste catarinense”, Samira Peruchi Moretto e Marlon Brandt analisam as práticas de plantio de monocultivos florestais em áreas ocupadas anteriormente pela Floresta Ombrófila Mista (FOM), no Oeste de Santa Catarina, na segunda metade do século XX. O estudo das práticas de plantio dos monocultivos auxiliou a compreender as redes econômicas, políticas e sociais de interesse por trás da escolha das espécies e os impactos ambientais provocados por esses cultivos.

André Felipe Cândido da Silva, autor do artigo “Pandemias, ecologia e saúde no Antropoceno: uma visão a partir da historiografia”, examinou como a historiografia tem explorado abordagens ecológicas na compreensão e enfrentamento das doenças infecciosas ao longo do século XX. Também mostrou como a Covid-19 e o Antropoceno enfatizam compreensões acerca das interações dos humanos com a biosfera que acenam para novos desafios e perspectivas na investigação histórica dos fenômenos da saúde e das doenças.

O texto “Patrimônio Natural em debate: o tombamento da Serra do Mar e o agenciamento do campo cultural como proteção à Natureza no Brasil (1936-1986)” de autoria de Antonio José

Alves de Oliveira, Alyne dos Santos Gonçalves e Lucas Erichsen discute os processos que levaram à ampliação dos mecanismos de proteção dos patrimônios de “pedra e cal” para contemplarem, ainda, os bens naturais. Os autores enfatizam o tombamento da Serra do Mar e as visões de história e natureza que nortearam esse processo, as quais incidiram, nas décadas subsequentes, sobre iniciativas de mapeamento e proteção do Bioma/ Domínio Mata Atlântica.

Eunice Sueli Nodari e Gil Karlos Ferri abordam a sustentabilidade na vitivinicultura, a partir de uma discussão teórica, seguida da análise de práticas já existentes no Sul do Brasil, em “Práticas de sustentabilidade na vitivinicultura no Sul do Brasil”. Os autores expõem como diferentes práticas de sustentabilidade foram adotadas pelos vitivincultores, no decorrer do século XXI, demonstrando que existe uma evidente preocupação com as mudanças climáticas e com o futuro do setor.

O artigo “Romper fronteiras: a pecuária em direção aos pantanais e à Amazônia”, de Ilyane do Rocio Kmitta e Eudes Fernando Leite, aborda a ideia da agropecuária enquanto atividade potencial para o Pantanal e, com base em resultados de estudos, busca compreender como essa atividade estava atrelada aos discursos políticos de ocupação não indígena do Centro Oeste e da Amazônia.

Além dos textos que compõem o dossiê, quatro artigos estão neste número na categoria fluxo contínuo, são eles: “A atividade expositiva no Museu Paraense Emílio Goeldi: o que pensam aqueles que a realizam?”, de Iván Borroto Rodríguez, Ana Claudia dos Santos da Silva e Zeneida Mello Britto, que analisa as concepções sobre a atividade expositiva de membros das equipes expositivas do Museu Paraense Emílio Goeldi durante o século XXI. A pesquisa se desenvolve no âmbito do paradigma qualitativo.

O artigo “Entre lembranças e esquecimentos: reflexões sobre a presença de memórias indígenas em museus de história local”, de autoria de Leilane Patricia de Lima, aborda aspectos sobre o conceito de memória coletiva, apresentando reflexões sobre sua importância em museus, com ênfase

nas discussões sobre o lugar ocupado pela questão indígena nos museus brasileiros constituídos no século XIX.

“Muros de taipas de pedra no Parque Nacional de São Joaquim no município de Orleans/ SC – uma paisagem cultural ameaçada?” foi escrito por Tayse Borghazan Nicoladelli, José Gustavo Santos da Silva, Juliana Debiassi Menegasso, Juliano Bitencourt Campos, Márcia Luzia Sartor Preve, Thaise Sutil Danrlei De Conto e Jairo José Zocche. O artigo narra a presença dos muros de Taipas, construídos com matações de rocha, localizados na parte baixa do Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ), no município de Orleans/SC. Os autores identificaram as dimensões e as funcionalidades, e analisaram o estado de conservação desses monumentos que têm origem nos tempos do Tropeirismo. A análise da distribuição espacial e o estado de conservação dos muros de Taipas permite pontuar as ameaças antrópicas e naturais, que comprometem o patrimônio material, prejudicando o registro, o estudo científico, as práticas educativas e turísticas possíveis de serem desenvolvidas.

Em “O passado como imagem dialética: reflexões sobre as narrativas da italianidade em Santa Teresa/ES”, os autores Arnaldo Pinto Junior, Márcia Regina Rodrigues Ferreira e Felipe Dias de Oliveira Silva analisam construções simbólicas em torno da italianidade, expressas tanto nas práticas culturais de Santa Teresa/ES quanto na Lei nº 13.617/2018 – que a reconhece como pioneira da imigração italiana no Brasil. Aproximando-se do conceito benjaminiano de imagem dialética, cuja formulação aborda relações do presente com o passado e aponta a linguagem como lugar de sua expressão, problematiza-se a constituição de uma narrativa histórica que destaca apenas integrantes e valores da comunidade desejada.

Desejamos uma boa leitura!

Referências

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.